



Ano 28 – JORNAL nº 37

João Pessoa/PB, 06 de março de 2017.

**SINTECT-PB**

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CORREIOS E TELÉGRAFOS NA PARAÍBA,  
EMPREENHEIRAS E SIMILARES

**AUTÔNOMO CLASSISTA E DE LUTA!**

FUNDADO EM 08/12/1988 CNPJ. 12.933.198/0001-45

RUA DUQUE DE CAXIAS, 105 - CEP 58010-820 - CENTRO – JOÃO PESSOA - PB

TEL: (083) 3533-1627 3533-1600

Email: [sintect.pb@sintectpb.com.br](mailto:sintect.pb@sintectpb.com.br) Site: [www.sintectpb.com](http://www.sintectpb.com) Facebook: [www.facebook.com/sintectpb](http://www.facebook.com/sintectpb)



## **DIA 15 DE MARÇO OS CORREIOS VÃO PARAR!!!**

### **Não a Privatização e desmonte dos Correios!**

### **Paralisação Nacional contra as Reformas da Previdência e Trabalhista!**



Assembleia dia 15/02/17

A Assembleia do SINTECT/PB realizada no dia 15/02/16 contou com a presença física de trabalhadores de João Pessoa, Guarabira, Sapé, Bayeux, Santa Rita e Campina Grande e com a participação pela internet de companheiros de Patos, Sousa e Cajazeiras, os quais deliberaram por unanimidade pela rejeição da proposta de implantação de mensalidades no Plano de Saúde, como também, pelo retorno ao nosso Plano de Auto-gestão de RH Correios Saúde e reativação de todos os Ambulatórios Médicos que foram fechados no país.

Outro ponto importante de deliberação foi a aprovação do ESTADO DE GREVE da categoria com indicativo de paralisação de 24 horas para o dia 15 de março, ou de greve por

tempo indeterminado a qualquer momento, caso a Direção da ECT insista em implantar unilateralmente sua famigerada e impagável proposta de mensalidades ao Plano de Saúde.

Foi uma Assembleia participativa que demonstra que os trabalhadores ecetistas estão atentos aos ataques que vem sendo desenvolvidos pela Direção da ECT e governo Federal aos seus direitos e estão dispostos a organizar a luta para o enfrentamento contra toda essa política de Privatização e desmonte dos Correios, como também, contra as Reformas da Previdência e Trabalhista que estão na ordem do dia para votação no Congresso Nacional e representam um dos mais duros ataques da história recente do nosso país aos nossos minguados direitos trabalhistas.

O governo ilegítimo de Michel Temer em conjunto com esse Congresso e Senado de ampla maioria de corruptos não tem moral alguma para impor tamanho sacrifício aos ecetistas e a classe trabalhadora brasileira como um todo.

Com um escandaloso apoio da mídia comercial brasileira (Globo, Bandeirante, Record, SBT, Rede TV e outras...) essa quadrilha de corruptos no poder tentam nos impor um brutal retrocesso aos nossos direitos já conquistados em lei e em Acordo Coletivo de Trabalho, com base a uma retórica de crise econômica que só penaliza os mais pobres, favorecendo os interesses de exploração ainda maior do empresariado abutre no país e a ampliação de mordomias e privilégios aos políticos no poder.

Nos Correios o cinismo e a chantagem vão além da ameaça de crise econômica, se apegam ao falso argumento de DÉFICT de 2 bilhões na Empresa, o qual foi forjado em face a manipulações e fraudes contábeis para tentar nos convencer da necessidade de maiores sacrifícios.

**O momento conjuntural do país é extremamente preocupante para qualquer trabalhador brasileiro e exige de nós a consciência real dos fatos e a disposição política para revertermos todos esses ataques através das lutas, paralisações e greves que estão sendo construídas pela categoria ecetista e pelas Centrais Sindicais e Movimentos Sociais no país nesse próximo período.**

**SÓ A LUTA MUDA A VIDA, ENTÃO LUTEMOS COMPANHEIROS(AS)!!!**

## **TODOS À ASSEMBLEIA**

DATA: Segunda-feira, 13 de março de 2017.

HORÁRIO: 19:00 HORAS.

LOCAL: Sede do sindicato à Rua Duque de Caxias, 105 - Centro – João Pessoa.

PAUTA: **1) Informes Gerais; 2) Análise de Conjuntura, Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista e Privatização dos Correios; 3) Deliberar por Paralisação de 24 horas no dia 15 de março de 2017; 4) Encaminhamentos.**

## FENTECT encerra seminário nacional e dá continuidade ao calendário de luta



Para contribuir com o debate no Seminário Nacional em Defesa do Plano de Saúde, realizado pela FENTECT neste sábado (18), foram convidados para participação na mesa do advogado do SINTECT-RPO, Ricardo Sobral, para falar sobre as estratégias e a importância da preparação da categoria para lutar na justiça pelos direitos e garantias, e o representante eleito para o Conselho Fiscal da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, Angelo Argondizzi Marcelino, que relatou sobre o plano de saúde dos (as) trabalhadores (as) do Banco do Brasil e alertou sobre as políticas abusivas dos planos, que são semelhantes nas estatais e órgãos públicos.

Angelo ressaltou que a crise e os déficits nas empresas são usados como argumento para mudanças no modelo de gestão aplicado. Em geral, de acordo com o representante, as instituições buscam se afastar da responsabilidade da previdência e da saúde do trabalhador. "Há uma busca pela transformação dessas empresas públicas e das estatais em empresas de mercado. No Banco do Brasil, o espírito público desencarnou há muito tempo", ironizou.

O representante do banco público brasileiro ainda lembrou que no ano de 1996 começou a crise na CASSI. Instituíram meta para funcionários e metade para o patrão. "Para amenizar, falaram que o trabalhador participaria, no entanto, era um ambiente que acuava os empregados, com a presença dos técnicos da empresa. Além disso, o banco não cedia mais espaços para que servissem como ambulatórios e clínicas, por exemplo", lembrou.

Em 2007, foi instituída a reforma estatutária do plano, com a coparticipação. Ele contou que foram realizadas quatro reuniões, mesmo sob o não dos trabalhadores, até que, sem saída, disseram sim para as alterações. Daí em diante, mandaram retirar aposentados e passaram a cobrar pelo número de filhos. "A solução seriam pagamentos maiores para os empregados. Mas quem vai pagar e quando? As empresas já decidiram: os trabalhadores", alertou.

### Congregar para lutar

Ainda conforme o representante dos bancários na batalha pelo plano de saúde, é necessário unificar as lutas dos Correios com bancários, a Petrobrás e demais estatais e órgãos públicos. É necessária a união das representações para combater a integração de políticas abusivas nos planos de saúde da classe de trabalhadores.

E para subsidiar a categoria, o advogado Sobral ressaltou a importância de ser colhido o máximo de informações que vão de encontro aos dados da ECT. "O cenário não é bom para entrar despreparado na justiça.

É preciso apresentar o maior número de dados possíveis, atas de assembleias formalizadas, com a maior representatividade e diretrizes tratáveis. Esses caminhos permitem que determinados ministros façam a defesa do julgamento. Na documentação, estudos, cálculos atuariais, pareceres, tudo para que o resultado seja um só: o trabalhador não pague essa conta", explicou.

O assessor jurídico também destacou que cada sindicato pode começar a lutar na própria região. Ainda é possível requerer qualquer informação sobre a Postal Saúde pela Lei de Acesso à Informação. Essa deverá ser entregue em até 30 dias. Caso isso não aconteça, o sindicato pode entrar em contato com o Ministério Público para tomada de providências, inclusive se houve crime ou não.

### Joga o jogo, trabalhador

A categoria precisa lutar pelo chamado Imperativo de Autoridade. Ou seja, segundo o Ricardo Sobral, a empresa pode simplificar e transformar um parecer de 800 páginas em algo mais simples, o qual todos entendam. Contrariamente, ela tenta rebuscar o linguajar, dificultar os dados e maquiar onde quer chegar. Uma sugestão foi pela validação dos dados, com consultoria externa e estratégia de comunicação.

O plano de saúde deve ser arcado pela ECT aos trabalhadores dos Correios, conforme o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/17, no artigo 28, onde trata da responsabilidade do custeio do plano. Também, devido ao benefício ser tipicamente salário, porém, de forma indireta, segundo explicação do advogado.

**Portanto, até o dia 31 de julho deste ano, nenhuma alteração é permitida. Agora, munido de informações, cabe à categoria continuar na luta contra as cobranças indevidas e mudanças descabidas no plano de saúde. Para isso, podem acompanhar as atividades dos sindicatos e da federação, bem como o calendário de lutas. Nesta segunda-feira (20), foi realizado o Ato Nacional, em Brasília. Fonte: Site da FENTECT.**







## Eixos da Campanha:

- **Contra da privatização da ECT**
- **Contra a Reforma Trabalhista**
- **Contra a Reforma da previdência**
- **Fim do DDA, OAI e CDD Virtual**
- **Melhores condições de Trabalho**
- **Fora Guilherme Campos**
- **Diretoria da ECT eleita pela base, com mandatos revogáveis e quadros de carreira.**
- **Concurso Público, já!**
- **Entrega Postal Matutina, já!**

## Trabalhadores dos Correios dizem não aos ataques contra direitos

*O enfrentamento é diário, por isso, ecetistas de todo o País se mobilizam para barrar retiradas de direitos*

### Fica proibido adoecer ou envelhecer

Já no início da gestão, Guilherme Campos acusou a categoria pelo absenteísmo nos Correios.

Dez quilos nas costas, sob sol quente, chuva, ou em carros e motocicletas com defeitos, bicicletas quebradas, agências sem nenhuma segurança, parecem não fazer sentido para a presidência, como causa para o adoecimento.

A Distribuição Domiciliária Alternada que seria suspensa, segundo o presidente dos Correios, dá indícios de que prevalece em diversas unidades pelo País. Este novo formato altera o prazo de entrega das correspondências, sendo um ataque direto à população e aos empregados (as).

Os julgamentos para o pagamento do AADC e do Abono Pecuniário enfrentam a Justiça a passos vagarosos, enquanto a categoria anseia pelo resultado e a garantia de mais um direito.



A entrega pela manhã é sempre tema de debate e a conta do fundo de pensão também promete afetar o bolso dos (as) empregados (as). Enquanto isso, os atendentes laboram sem condições de trabalho e segurança. Para deixar os (as) ecetistas ainda mais aflitos (as), a empresa anunciou uma proposta desonrosa sobre o plano de saúde dos trabalhadores durante a realização da Comissão Paritária de Saúde, em janeiro deste ano.

De acordo com a ECT, a culpa do déficit tão martelado pelos gestores é dos próprios (as) empregados (as). Para os Correios, é preciso mexer no plano de saúde para que os (as) trabalhadores (as) passem a arcar com 50% das despesas totais do plano, uma mensalidade por dependente e um compartilhamento de 10% a 30% das despesas de cada procedimento. Mas não se engane!

### Onde está a crise?

A categoria não pode permitir nenhuma alteração do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/17.

Não é culpa dos (as) trabalhadores a atual situação financeira dos Correios. Enquanto os gestores insinuam o corte na carne, continuam patrocinando modalidades esportivas com acordos milionários - como foi renovado, ainda este mês, o patrocínio com a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), com repasse de R\$ 11,4 milhões, por 24 meses - e mantendo, por interesses políticos, "a peso de ouro", cargos de alto escalão na empresa, com pessoas sem qualificação para atuar nos segmentos fundamentais para a ECT.

### E não para por aí

Os correios estão sendo duramente destruídos pelas intervenções políticas partidárias. As reservas financeiras dos Correios, que na última década chegavam a R\$ 10 bilhões, foram esvaziadas.

Para o governo federal foram repassados nos últimos anos mais de R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 3,9 bilhões acima do previsto legalmente.

Sem falar as diversas ações que poderiam ter sido evitadas, como o distrato com o Banco do Brasil, patrocínios, contratações diretas e comerciais.

Com o esvaziamento do caixa a empresa alega déficit financeiro e busca apoio da justiça e no governo para demitir empregados (as) e reduzir direitos.

Esta é apenas mais uma batalha. É preciso salvar os Correios com quem realmente fica e passa dias e anos na mesma empresa. Presidentes vêm e vão, mas é a categoria que representa verdadeiramente a ECT. Ninguém é melhor que todos juntos. **Contra nenhum direito a menos.**

# Eleições para Representante Sindical 2017/2018



Dias 30 e 31 de março/17, será realizada as Eleições para Representante Sindical 2017/2018 do SINTECT-PB em todo o Estado. Participe ativamente desse processo sendo candidato ou votando nos companheiros inscritos.

O Representante Sindical tem um papel importantíssimo na organização das nossas lutas, sendo a ligação entre a sua unidade e a Direção do Sindicato para o desenvolvimento das lutas, fazendo valer a democracia dos trabalhadores.

Esse momento da atual conjuntura política no país e nos Correios, com o atual processo de Privatização e desmonte da empresa, exige de nós trabalhadores um comprometimento com o fortalecimento do SINTECT-PB, objetivando uma maior estruturação da luta sindical da categoria, contra toda essa política de ataques e retirada de direitos históricos que vem sendo roubados da categoria pela Direção dos Correios e Governo Federal.

**Só a luta muda a vida, então lutemos!!!**

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA RENOVAÇÃO DE REPRESENTANTES SINDICAIS 2017/2018 (TITULARES E SUPLENTE) DO SINTECT – PB.

Seguindo o que dispõe o Artigo 39º do Estatuto Social, o SINTECT/PB Sindicato dos Trabalhadores da ECT na Paraíba, Empreiteiras e Similares, convoca, PELO PRESENTE EDITAL, as Eleições para Renovação dos Representantes Sindicais, conforme o exposto abaixo:

**24 de fevereiro de 2017 - ABERTURA DAS INSCRIÇÕES.**

**10 de março de 2017 - ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES.**

**CALENDRÁRIO DAS ELEIÇÕES E QUANTIDADE DE VAGAS POR SETOR:**

**30 de março de 2017** - João Pessoa, com uma (01) vaga no CDD/Mangabeira, uma (01) vaga no CDD/Torre, uma (01) vaga no CDD/Bessa, (01) vaga no CDD/Centro/JPA, e no COA/JPA, oito (08) vagas.

**31 de março de 2017** – UD Bayeux, UD Santa Rita, UD Guarabira, uma (01) vaga em cada localidade.

**30 de março de 2017** - Campina Grande, com uma (01) vaga no CDD/Cruzeiro, uma (01) vaga no CEE e duas (02) vagas no Edifício Sede.

**31 de março de 2017** - UD Patos, UD Sousa, UD Cajazeiras, uma (01) vaga em cada localidade.

João Pessoa (PB), 22 de fevereiro de 2017.

**Evandro Tavares de Farias.**  
Secretário Geral do SINTECT/PB

**Edital de Convocação publicado no Jornal a União 03/03/2017**

### EXPEDIENTE

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos no Estado da Paraíba – SINTECT-PB. Rua Duque de Caxias, 105 – Centro – Cep: 58010-820 – João Pessoa/PB – Fones: (083) 3533-1627/3533-1600/3578-4413/Fax: 3021-1619 – CNPJ. 12.933.198/0001-45 – Fundado em 08 de dezembro de 1988. Edição sob a responsabilidade da Diretoria. As matérias assinadas são de inteira responsabilidade do autor.

**SECRETÁRIO GERAL:** Evandro Tavares de Farias e Valmir da Silva Pequeno.

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:** Emanuel de Souza Santos e Paulo Bento da

Silva Junior.

**SECRETÁRIO DE POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL:** Marcos Roberto Rodrigues Silva e Alexandre Arruda Ramalho Ribeiro.

**SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO:** José Cavalcanti dos Santos e Adriano Alves da Silva.

**SECRETÁRIO DE ANISTIA E DEFESA DO EMPREGO:** Regivaldo Bezerra de Lima e Joelby Costa da Silva.

**SECRETÁRIO DE POLÍTICA SÓCIO CULTURAL E EVENTOS:** Francisco da Silva Alves e Elias de França Santos.

**SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:**

Sebastião Bosco da Cunhas e Manoel Alves.

**SECRETARIA DE DEFESA DO DIREITO DA MULHER:** Margareth Alves de Oliveira e Eliane Maria de Medeiros Araújo.

**SECRETARIA DE APOSENTADOS E APOSENTÁVEIS:** Rubens Jackson de Oliveira e Francisco Girolamo de França.

**CONSELHO FISCAL:** Argemiro Francisco da Silva, Henrique Alexandre Dias Aragão, José Lucas da Silva, Jairo Bezerra Lucena, José Antônio de Farias e José Mendonça Neto. Impresso na Sede do SINTECT-PB/Tiragem: 1.500 exemplares.

## Para CGU, Correios não tomaram medidas para evitar dilapidação de seu patrimônio

*Repasses para a União durante o governo Dilma teriam ficado muito acima do que seria recomendado*



Uma auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) responsabilizou o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva dos Correios por não tomarem medidas que evitassem a dilapidação do patrimônio da estatal. Isso porque a parte dos lucros e outros dividendos da empresa repassados para a União entre 2011 e 2013, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, ficaram muito acima do que o recomendado, comprometendo a saúde financeira dos Correios. Em 2015, a situação chegou a tal ponto que a empresa teve um prejuízo de R\$ 2,1 bilhões.

Segundo a CGU, os Correios pagaram à União aproximadamente R\$ 1,9 bilhões entre 2000 e 2010. Nos três anos seguintes, os valores subiram para R\$ 2,9 bilhões. O resultado desses repasses e outros problemas na gestão da estatal foi a redução do caixa dos Correios. Em 2011, havia R\$ 6 bilhões. Em 2013, caiu para R\$ 4,5 bilhões. Em 2015, já estava em R\$ 1,9 bilhão.

"Somente em 2011, foi repassado o valor de R\$ 1,7 bilhões. Assim, verifica-se que já havia a possibilidade de se entrever que essa situação poderia causar um impacto financeiro à empresa. Ainda assim, foram pagos mais R\$ 1,2 bilhões, somando-se os valores repassados em 2012 e 2013", diz trecho da auditoria.

O estatuto da empresa prevê que sejam repassados no mínimo 25% do lucro líquido. Mas, na prática, o percentual ficava muito acima, às vezes chegando a 100%. Em 2013, a situação se agravava. Os Correios adiantaram ao governo R\$ 300 milhões, 97% do lucro que teria naquele ano, no total de 308,2 milhões. Em 2014, no entanto, foi constatado que houve na verdade um prejuízo de R\$ 312,5 milhões.

Segundo a CGU, já havia tendência de queda no lucro operacional em 2011, mas a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu na época que a situação econômica dos Correios era confortável. Para a CGU, houve falta de zelo do Conselho de Administração da Diretoria Executiva no pagamento de dividendos.

"A partir de 2011 os lucros operacionais da Empresa já apresentavam uma tendência de queda, por conseguinte, a ECT (Correios) poderia ter exposto sua posição econômica junto ao Tesouro Nacional, de forma a evitar elevados montantes de repasses ou, ao menos, alertar o acionista das consequências desfavoráveis que essas transferências poderiam causar", diz trecho da auditoria.

**Em sua defesa, que consta no relatório, os Correios disseram que, "por ser uma empresa pública com 100% de seu capital da União, o acionista é representado na Assembleia-Geral pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, representante do órgão, Ministério da Fazenda, que determinou o pagamento dos valores aos Correios".**

**A CGU não ficou satisfeita com a explicação: "Em que pese o acionista, representado pela PGFN, ter a prerrogativa de solicitar os repasses dos dividendos, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ECT são instâncias deliberativas do processo, conforme reiterado na própria manifestação, e, por esse motivo, têm o dever de proteger os interesses da empresa, atuando como instância de aprovação para o pagamento de dividendos." (Fonte: O Globo)**



## Ressaca do carnaval para o trabalhador Ectetista

Os correios demonstraram toda sua maldade com a quebra de isonomia quando impôs jornada de trabalho diferenciada na Quarta feira de carnaval, geralmente todos os funcionários voltam ao trabalho a partir do meio dia e cumpre meia jornada de trabalho.

Esse ano os correios impôs que todos os CEE's do brasil trabalhassem em período normal, enquanto o restante do operacional, mais precisamente CDD's retornassem ao trabalho do meio dia as 18:00h, sendo uma total falta de respeito para com aqueles que levam essa empresa nas costas.

O SINTECT/PB repudia essa decisão arbitrária e vai cobrar explicações da direção da ECT.



## Informes Jurídicos

### Trabalhador consegue auxílio-doença acidentário por meio de liminar na Justiça

Em decorrência de assaltos sofridos no interior da Agência dos Correios de Sapé/PB, um trabalhador adquiriu doenças psiquiátricas. Assim, como não havia mais condições de exercer suas atividades diárias, e diante dos laudos médicos, o trabalhador requereu o benefício de auxílio-doença acidentário perante o INSS.

No entanto, teve seu benefício cessado em 16/12/2016, não tendo o INSS reconhecido o seu direito de continuidade de afastamento. Ocorre que o trabalhador ainda não está em condições de trabalho.

Assim, a Assessoria Jurídica do SINTECT/PB ingressou com uma ação em face do INSS e conseguiu a liminar para o pagamento imediato do auxílio-doença acidentário.



Imagem da internet

Ante o exposto, com base nos argumentos acima entalhados, e com fulcro no art. 297, § único e 300, § 2º, ambos do mesmo diploma legislativo, N.C.P.C., DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA buscada pela parte autora, determinando-se que seja imediatamente restabelecido o auxílio-doença, outrora concedido, pelo período não superior a 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado acostado aos autos, ou seja 06 (seis) meses, a contar da data de expedição do atestado de ID. 6481352, considerando ser o prazo de incapacidade do autor, sob a pena de multa de diária correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais), até perfazer o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com fulcro no art. 497, do Novo Código de Processo Civil.

Esse caso é bastante comum entre os trabalhadores de Correios na Paraíba, muitos deles vítimas de assaltos ou de doenças ocupacionais causadas pela omissão da ECT em tratar com dignidade do ambiente de trabalho.

\*\*\*\*\*

### Trabalhadores que participaram da paralisação do dia 15/04/2016 serão ressarcidos dos dias descontados indevidamente



A decisão foi da 7ª Vara do Trabalho em ação ajuizada pelo SINTECT/PB, processo: 0001180-41.2016.5.13.0022.

Não é razoável considerar, no entanto, que, pelo simples fato de a paralisação ter se dado em um dia de sexta-feira o trabalhador tenha o repouso semanal remunerado suprimido.

Na espécie, a paralisação dos trabalhadores ocorreu no dia 15/04/2016 (sexta-feira), sendo encerrada naquela mesma data. Assim, naquele dia e apenas nele o contrato de trabalho dos participantes na paralisação estava suspenso. Diante disso, não poderia a Empresa presumir que a paralisação se estendeu ao sábado e ao domingo subsequentes ao dia 15/4/2016. Destaque-se que, no caso, a demandada sequer procurou esclarecer, perante o sindicato profissional, a exata duração da paralisação, procedendo, de forma arbitrária e abusiva, ao desconto no salário de seus trabalhadores.

Assim decidiu a juíza:

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ECT NA PARAÍBA EMPREITEIRAS E SIMILARES em desfavor de EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS para determinar a devolução dos dias descontados indevidamente dos empregados que participaram da paralisação de 15/4/2016, descontando-se devidamente apenas 1 (um) dia.

Da decisão ainda cabe recurso da Empresa e o cumprimento só ocorrerá após esgotados os recursos.

Mesmo ainda havendo a possibilidade de recurso protelatório por parte da ECT, essa decisão judicial demonstra as arbitrariedades feitas pela Direção da Empresa para inibir a adesão dos trabalhadores as paralisações e greves da categoria reivindicando seus direitos, fato esse que deve servir para encorajar a categoria a lutar contra todas essas arbitrariedades da ECT construindo as greves e paralisações convocadas pelo sindicato, pôs só através delas seremos capazes de reverter toda essa política de ataques aos nossos direitos conquistados com tanta luta.